



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

A CONFIGURAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014: UM DEBATE SOBRE O FUNDO PÚBLICO¹

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo,

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)

Matheus Magalhães,

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF)

RESUMO

Esta pesquisa buscou debater o fundo público e o financiamento da Copa do Mundo de Futebol de 2014. O financiamento ocorreu através do Orçamento Federal, de Gastos Tributários e de uma Matriz de Responsabilidade. Custou cerca de R\$ 66,3 bilhões, demonstrando que o fundo público não é gerido de forma técnica e imparcial, estando sujeitos a interesses que não a da democratização do acesso ao esporte e lazer como direito.

PALAVRAS-CHAVES: fundo público; financiamento; Copa 2014.

INTRODUÇÃO

O Fundo Público se realiza pelo Estado, que o extrai da sociedade, por meio de impostos, taxas e contribuições. Ou seja, da mais-valia socialmente produzida para o desempenho de suas múltiplas funções, sendo, portanto, parte do trabalho excedente e do trabalho necessário, transformado em lucro, juro ou renda de terra (BEHRING, 2010).

Salvador (2012, p. 05), aponta que o Fundo Público age no sentido de garantir a acumulação produtiva ao mesmo tempo que financia as políticas sociais e, portanto, “tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social”.

O orçamento público estatal é a forma mais visível do Fundo Público, e em âmbito federal, os recursos que o compõem são definidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo legislativo federal. Disputado intensamente para a garantia das condições gerais de produção e administração de suas crises, é alvo de disputas e conflitos que expressam a “contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção” (BEHRING, 2016, p. 02).

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



Não é difícil compreender que “o orçamento público é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses”, com domínio hegemônico do capital financeiro a partir da década de 1980 (SALVADOR, 2012, p. 05).

Com o Fundo Público deslocado para o esporte não é diferente. Caracterizado em três tipos de fontes que representam receitas significativas para o setor: (1) Fontes Orçamentárias, “cujos recursos transitam pelo orçamento federal”; (2) Fontes Extraorçamentárias, “cujos recursos não transitam pelo orçamento federal, sendo repassados diretamente às entidades esportivas; e (3) Fontes indiretas: “provenientes de desoneração tributária” (MASCARENHAS, 2016, p. 965).

Neste estudo buscamos compreender, a partir do debate sobre o fundo público, qual a configuração do financiamento da Copa do Mundo FIFA de 2014?

METODOLOGIA

Com base em Boschetti (2009), a configuração do financiamento e gasto da Copa, compreendeu os seguintes indicadores: a) “Fontes do financiamento”, b) “Direção dos gastos” e c) “Magnitude dos gastos”.

Para consolidar os gastos totais com a Copa do Mundo utilizou-se de dados primários extraídos: (1) do SIGA BRASIL, adotamos dados do Orçamento Geral da União excluídos os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública federal. Para trabalhar as despesas utilizamos a execução financeira, com valores pagos, acrescidas de restos a pagar pagos em cada exercício fiscal. Foram selecionadas as ações orçamentárias correspondente a cada tipo de megaeventos de 2010 a 2019, por ano, conforme o Quadro 1; (2) dos Relatórios da Receita Federal, para identificar a magnitude das isenções fiscais à FIFA, suas subsidiárias e parceiros comerciais; (3) das resoluções da Matriz de Responsabilidade, instrumento de pactuação entre União, Estados e Municípios, acerca dos gastos e investimentos em infraestrutura urbana e esportiva para a Copa 2014.

Quadro 1 – Código correspondente as ações orçamentárias selecionadas para compor o orçamento de Megaeventos de 2010 a 2019.

Legenda	Código
Copa do Mundo	126V; 120M; 20DB
Grandes Eventos	14KP; 14LJ; 14SY; 214 ^a
Olimpíadas	00DS; 00F6; 128X; 20DB; 20EE; 7P52; 14TQ; 20SL; 20D8; 211Z; 216I
Eventos Esportivos de Alto-Rendimento	2360; 2500
Jogos Indígenas	2494
Jogos Militares	11ZP; 11ZQ; 20CI

Fonte: PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015. Elaboração: Figueiredo (2017).

Realizamos também um recorte histórico de dez anos (2010-2019). Os dados foram corrigidos para preços de maio de 2021 pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

ORÇAMENTO FEDERAL DO ESPORTE E LAZER, OS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS E O FINANCIAMENTO DA COPA 2014

Em 2019, a função Desporto e Lazer teve autorização de despesas no montante de R\$ 1,14 bilhão. Porém, foram efetivamente pagos R\$ 158,5 milhões (13,9%). Acrescidos de R\$ 728,2 milhões de restos a pagar pagos naquele exercício fiscal, a execução financeira da ação totalizou R\$ 886,7 milhões, em valores correntes. Por sua vez, o Orçamento Geral da União (OGU) executado no mesmo ano foi de R\$ 2,35 trilhões. Assim, a função Desporto e Lazer teve uma participação de 0,04%².

Para se calcular o total de gastos de desporto e lazer total (TGDL) de R\$ 33,13 bilhões, foi considerada a soma das três fontes orçamentárias com o esporte e lazer, considerando inclusive os gastos com o setor advindos de outras funções no período da pesquisa (2010 a 2019).

Embora a nítida elevação do volume de despesas no período de 2014 a 2016, em todo o decênio a política de esporte e lazer teve dimensão financeira pequena no orçamento federal. Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) também verificaram a irrisória participação da política de esporte e lazer nas despesas federais no período de 2004 a 2010. Para os

² Os dados de 2019 retratam a baixa execução do orçamento do Desporto e Lazer frente ao OGU. Os dados de 2020 exigem ponderações quanto às despesas com a Pandemia de COVID-19, que não é objeto do estudo.

autores, tanto a previsão orçamentária quanto a baixa execução dos recursos comprometem, em especial, a capacidade de desenvolvimento de políticas sociais de democratização do acesso ao esporte e lazer enquanto direito de cidadania, dever estatal constitucional.

As despesas com a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 foram responsáveis por mais da metade da execução de recursos pelo ME, como se pode verificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Execução financeira e participação percentual dos Grandes Eventos esportivos (GE) no orçamento do Desporto e Lazer, de 2010 a 2019

Ano	Copa do Mundo 2014	Olimpíadas e Paralimpíadas	Total Grandes Eventos (GE)	Desporto e Lazer	Part. % dos GE no Desp. e Lazer ³
2010	R\$ 22,09	R\$ 99,99	R\$ 122,08	R\$ 1.761,15	6,93%
2011	R\$ 148,01	R\$ 230,39	R\$ 378,40	R\$ 1.689,55	22,40%
2012	R\$ 259,64	R\$ 471,02	R\$ 730,66	R\$ 1.857,03	39,35%
2013	R\$ 110,30	R\$ 408,65	R\$ 518,95	R\$ 1.833,34	28,31%
2014	R\$ 157,31	R\$ 1.976,00	R\$ 2.133,31	R\$ 3.314,53	64,36%
2015	R\$ 58,31	R\$ 2.267,57	R\$ 2.325,88	R\$ 3.663,05	63,50%
2016	R\$ 50,17	R\$ 1.613,01	R\$ 1.663,18	R\$ 3.140,73	52,96%
2017	R\$ 19,22	R\$ 60,20	R\$ 79,42	R\$ 1.561,13	5,09%
2018	R\$ 0,99	R\$ 72,07	R\$ 73,06	R\$ 1.480,35	4,94%
2019	R\$ 0,52	R\$ 92,65	R\$ 93,17	R\$ 1.284,67	7,25%
Total	R\$ 826,56	R\$ 7.291,55	R\$ 8.118,11	R\$ 21.585,53	37,61%

Fonte: SIGA Brasil (2020). Em milhões de reais, corrigidos para preços de maio de 2021 pelo IGP-DI. Elaboração própria.

Já em 2009 foram gastos R\$ 94,7 milhões com a "captação de grandes eventos esportivos" pelo Ministério - lembrando que este foi o ano de definição da sede olímpica de 2016. Somado este valor às despesas de 2010 a 2019, período de realização da Copa do

³ Para apresentar essa participação percentual, não utilizamos os valores executados de esporte e lazer correspondentes a outras funções, tais como a Função Defesa Nacional.

Mundo 2014 e das Olimpíadas Rio 2016⁴, chega-se a um gasto de R\$ 8,2 bilhões com os GE no período.

De acordo com a tabela 2 abaixo, os gastos orçamentários com a Copa totalizaram R\$ 826,6 milhões. Já a Estimativa de Gastos Tributários da Receita Federal revelaram que a FIFA obteve R\$ 799,5 milhões de isenção para organização da Copa do Mundo, o que revela a face de desresponsabilização do Estado, perante seu dever de garantir o esporte e lazer como direitos, e amplia e reforça o direcionamento do fundo público na ampliação de recursos à setores historicamente privilegiados (MATIAS et. al., 2015).

Tabela 2 – Direcionamento do gasto com Grandes Eventos esportivos por fonte e ação (Série 2004-2015). Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2017 em R\$ milhões.

Fonte	Ação	Total
Orçamentário	Copa do Mundo 2014	R\$ 826,5
Gasto Tributário	Infraestrutura para Copa do Mundo FIFA 2014	R\$ 471,1
	Organização e Operacionalização da Copa do Mundo FIFA 2014	R\$ 328,4
	Total	R\$ 799,5
Matriz de Responsabilidade	Infraestrutura esportiva permanente e temporária	R\$ 21.837,5
	Infraestrutura urbana	R\$ 42.805,5
	Total	R\$ 64.643,0
Total Gasto com a Copa 2014		R\$ 66.269,0

Fonte: SIGA Brasil; Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas; Matriz de Responsabilidade Consolidada de 2014. **Elaboração** Figueiredo (2017).

A Matriz de Responsabilidade de 2014, pacto entre a União, Estados e Municípios sedes, reúne os gastos relativos à infraestrutura urbana (Mobilidade urbana; Aeroportos e Portos; Rede Hoteleira; Rede Hospitalar; Energia; Saneamento; Segurança e Telecomunicações), de R\$ 21,84 bilhões e à infraestrutura esportiva com o custo de R\$ 42,81 bilhões, solidificando assim o montante de R\$ 66,27 bilhões no total de gastos com a Copa do Mundo (TGCM).

⁴ Despesas relativas continuaram acontecendo após a realização dos eventos esportivos, por meio de restos a pagar pagos, elevando os valores retratados quando da publicação da tese de doutorado, pesquisa base deste texto (FIGUEIREDO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do Fundo Público para o financiamento para a Copa do Mundo revela a falácia que o mesmo seja gerido de forma técnica e imparcial. O exemplo da Copa do Mundo demonstra como o mercado e as instituições do capital disputam o fundo público para garantir as condições gerais de produção e o processo de acumulação.

Das três fontes (orçamentárias, indiretas e extraorçamentárias) que compõem o fundo público, somente as duas primeiras foram utilizadas para a Copa do Mundo. E são as Olimpíadas que acabam por se destacar na punção do Orçamento público na série história de 2010 a 2019, já que a Copa do Mundo representa em média somente 10,2% do total do Orçamento federal destinado para os Megaeventos.

Os gastos tributários revelam a “bolha de isenção fiscal” que foi concedida à FIFA e seus parceiros comerciais e operacionais. As isenções gerais de impostos incidem diretamente em menos receita na composição geral do orçamento público da União e, conseqüentemente, no orçamento das políticas sociais e na garantia de direitos.

Na Matriz de Responsabilidade percebeu-se um grande investimento e financiamento federal e investimento dos governos locais, com pouca participação privada, com exceção dos Aeroportos, com a privatização parcial do setor.

As decisões e coordenação política do que precisava ser feito ficou a cargo da FIFA e do COL e às instâncias governamentais sobrou a tarefa de cumpridores das garantias governamentais exigidas pela FIFA, em uma completa inversão de papéis, com o agravante de deixar a responsabilidade desse patrimônio público na mão de uma entidade tão contestada e controversa.

CONFIGURING THE FINANCING OF THE 2014 WORLD CUP: A REFLECTION ABOUT THE PUBLIC FUND

ABSTRACT

This research sought to debate the public fund and the financing of the 2014 Soccer World Cup. This took place through the Federal Budget, Tax Expenditures and a Responsibility Matrix. It cost about 39.8 billion reais, demonstrating that the public fund is not managed in a technical and impartial manner, being subject to interests other than the democratization of access to sport and leisure as a right.

KEYWORDS: *public fund; financing; 2014 World Cup.*



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

CONFIGURANDO LA FINANCIACIÓN DE LA COPA MUNDIAL 2014: UN DEBATE SOBRE EL FONDO PÚBLICO

RESUMEN

Esta investigación buscó debatir el fondo público y el financiamiento del Mundial de Fútbol 2014. El se realizó a través del Presupuesto Federal, Gastos Tributarios y Matriz de Responsabilidad. Cuesta alrededor de 39,8 mil millones de reales, lo que demuestra que el fondo público no se maneja de manera técnica e imparcial, estando sujeto a intereses distintos a la democratización del acceso al deporte y el ocio como derecho.

PALABRAS CLAVE: fondo público; financiación; Copa 2014.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E.. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, volume 37, jan./mar., 2015, p. 2-10.

BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et. al. (org.) **Capitalismo em Crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. Fundo público: um debate teórico estratégico e necessário. Comunicação Oral. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XV ENPESS)**, Ribeirão Preto, 2016.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**, CFESS, Brasília, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol: Copa para quem?** Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; HUNGARO, E. M.; MASCARENHAS, F. A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento** (Porto Alegre. Online), v. 21, p. 95-110, 2015.

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 30, p. 963-980, 2016.

SALVADOR, E. Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, vol. 14, n. 2, 2012.

